



Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2024 destacou-se como um marco histórico para o mercado de energia, com a abertura do Ambiente de Contratação Livre (ACL) para todos os consumidores do grupo A. Este movimento transformador trouxe um potencial significativo de negócios para o setor, aquecendo ainda mais o mercado e consolidando o ACL como o principal motor de crescimento no setor energético brasileiro.

Neste contexto, o ACL observou um crescimento expressivo no consumo de energia, com um aumento estimado de aproximadamente 8%, atingindo um consumo total de cerca de 28,3 GWm, o que representa 39% do consumo energético total do país. Esse crescimento reflete não apenas o impacto direto da abertura do mercado, mas também a crescente adesão de consumidores ao modelo de contratação livre.

O número de migrações para o ACL atingiu patamares recordes, ultrapassando 27.000 unidades consumidoras ao longo do ano, o que representa um aumento de quatro vezes ao migrado no ano anterior. Este resultado evidencia a forte atratividade do modelo e a resiliência do mercado frente aos novos desafios e oportunidades.

A diversificação de produtos e serviços voltados a consumidores que ainda permanecem no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) continuou desempenhando um papel estratégico, especialmente nas áreas de geração distribuída e comercialização varejista. A expansão da abertura do mercado reforçou a importância desses segmentos, gerando novas oportunidades de inovação e atendimento personalizado.

Para a Companhia, o ano de 2024 representou não apenas um período de adaptação às novas demandas do mercado, mas também uma oportunidade única para fortalecer sua posição de destaque. O compromisso com a inovação, a excelência no atendimento e o desenvolvimento de soluções personalizadas foi essencial para capturar as oportunidades deste momento de transformação no setor energético.

Com o mercado aquecido e em plena expansão, a Companhia segue comprometida em liderar as inovações e oferecer valor agregado a seus clientes, consolidando sua relevância no mercado e contribuindo para a evolução sustentável do setor.



2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2024 começou sob a perspectiva de que a inflação nos EUA iria convergir à meta de forma mais rápida. Esta expectativa foi frustrada no primeiro semestre, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho e números menos favoráveis de inflação. Dados mais enfraquecidos de emprego e inflação a partir de julho levaram o FED a cortar os juros para 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

No entanto, a partir de meados de outubro, o candidato Donald Trump passou a ser considerado favorito para vencer as eleições dos Estados Unidos, com promessas de campanha com potenciais tendências inflacionárias. Esse fator, combinado à divulgação de dados econômicos que mostraram que a desaceleração da atividade e da inflação estava ocorrendo de forma mais lenta, instigou cautela nas decisões do FED a respeito do prosseguimento do ciclo de cortes de juros. Assim, reduziram-se as expectativas para cortes de juros em 2025, contribuindo para o fortalecimento do dólar, que também tem se beneficiado pelo crescimento mais forte da economia norte-americana.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado por surpresas positivas no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, o crescimento mais forte decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, abrindo espaço para ampliação dos gastos em 2024, ano de eleições municipais; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica benigna da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Começando pelo último fator: o mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024; o crédito não-bancário também teve um bom ano, estimulado pela emissão de debêntures. O crédito às famílias ainda colheu os benefícios do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, mas o rendimento médio real dos trabalhadores também cresceu com força, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais, em ano de eleições municipais, em conjunto com a retomada do programa "Minha Casa, Minha Vida", ajudaram a turbinar o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática que acometeu o estado. Apesar das perdas significativas, os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

A evolução das contas do governo foi tema central durante o ano. Iniciativas de utilização de fundos públicos para execução de programas (com menor transparência), declarações desfavoráveis ao ajuste das contas e o anúncio do pacote fiscal em novembro, que veio



acompanhado de anúncio de aumento da faixa de isenção da cobrança de imposto sobre a renda, aumentaram a desconfiança dos mercados em relação ao comprometimento do governo com a estabilidade das contas públicas. Com isso, as taxas de juros de prazo mais longo acentuaram a tendência de alta e o câmbio disparou.

O real se depreciou fortemente em 2024, em parte pelo cenário externo mais conturbado, em face do aumento de incertezas, acompanhando um movimento que ocorreu com diversas outras moedas de países em desenvolvimento e exportadores de *commodities*. Não obstante, cerca de metade da depreciação deveu-se à piora de percepção do quadro fiscal doméstico, pois a depreciação do real foi quase o dobro da verificada por uma cesta de moedas comparativa.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho aquecido acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano mais uma vez acima do teto da meta, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano. Nesse contexto, o Copom suspendeu o ciclo de cortes da Selic antes do que se imaginava, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, o Copom retomou a elevação da Selic, que encerrou o ano de 2024 em 12,25% (11,75% em 2023).

Assim, apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do quadro externo e fiscal doméstico resultou em condições financeiras mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

3. Desempenho operacional

Vendas de energia:

Em 2024, as vendas de energia para clientes livres e por meio de negociações bilaterais foi de 22.322 GWh, o que representa um aumento de 63,1% (8.638 GWh) em relação a 2023.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. Destacamos que os números abaixo demonstrados são da CPFL Brasil controladora, sem qualquer efeito da CPFL Transmissão. Porém, o EBITDA da CPFL Brasil controladora considera o resultado da CPFL Transmissão via equivalência patrimonial. Os números da CPFL Transmissão estão demonstrados em seu Relatório da Administração Societário e Regulatório, em suas demonstrações financeiras individuais e nas notas de combinação de negócios da CPFL Energia.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 3.494 milhões em 2024, representando um aumento de 29,1% (R\$ 787 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 463 milhões em 2024, representando um aumento de 11,4% (R\$ 48 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.031 milhões em 2024, representando um aumento de 32,3% (R\$ 739 milhões).



Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 575 milhões no ano de 2024, representando uma queda de 6,5% (R\$ 40 milhões), refletindo o aumento de 37,1% no custo com energia elétrica (R\$ 817 milhões). Este efeito foi parcialmente compensado pelas seguintes variações: (i) aumento de 32,3% na receita líquida (R\$ 739 milhões); (ii) aumento do resultado da consolidação da sua subsidiária CPFL Transmissão, via equivalência patrimonial, que representou um aumento de 7,0% (R\$ 40 milhões); e (iii) redução de 0,5% (R\$ 0,3 milhão) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros custos/despesas operacionais). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 1,6% (R\$ 0,5 milhão) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 48,7% (R\$ 0,2 milhão) nas despesas com material;
- ✓ Redução de 8,6% (R\$ 1,5 milhão) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 10,6% (R\$ 0,5 milhão) em outros custos/despesas operacionais.

Desconsiderando o resultado da equivalência patrimonial, o EBITDA seria de R\$ 42 milhões negativos em 2024, representando uma variação de R\$ 77 milhões, se considerado o EBITDA de R\$ 35 milhões em 2023.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2024	2023
Lucro Líquido	617.851	526.192
Depreciação e Amortização	6.529	5.657
Amortização Mais Valia de Ativos	-74.467	3.326
Resultado Financeiro	25.188	79.867
Contribuição Social	-8	0
Imposto de Renda	-22	0
EBITDA*	575.071	615.041

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 618 milhões em 2024, representando uma alta de 17,4% (R\$ 92 milhões), devido à (i) variação de R\$ 78 milhões na conta Amortização Mais Valia de Ativos, que passou de um negativo de R\$ 3 milhões para um positivo de R\$ 74 milhões; e (ii) redução de 48,1% (R\$ 64 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estes efeitos foram parcialmente compensados: (iii) pela redução de 6,5% no EBITDA (R\$ 40 milhões); e (iv) pelo aumento de 15,4% na conta Depreciação e Amortização (R\$ 1 milhão).

Desconsiderando o resultado da equivalência patrimonial seria apurado um prejuízo de R\$ 74 milhões em 2024, representando um aumento no prejuízo de 45,2% (R\$ 23 milhões), se considerado o valor de R\$ 51 milhões negativos em 2023.

Endividamento: no final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 381 milhões, uma redução de 58,0%.



5. Investimentos

Em 2024, foram investidos R\$ 3 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 11, 17, 22, 23 e adicionando o 24, em janeiro de 2025. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2024, treinamos 162 colaboradores. Foram 1,5 mil horas treinadas.



7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de covenants financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Brasil agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	94.858	341.129	296.364	737.554
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	401.102	236.813	535.437	379.919
Dividendo e juros sobre o capital próprio	28	129.642	29.349	15.179	29.407
Mútuo entre Coligadas, controladas e controladora	28	-	53.666	-	53.666
Títulos e valores mobiliários	6	18.650	294.910	162.073	383.262
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	43.866	30.859	74.144	59.957
Outros tributos a compensar	8	52.243	58.147	70.627	76.895
Derivativos	30	-	-	92.573	104
Estoques	-	-	-	74.024	21.939
Ativo contratual	11	-	-	774.368	656.369
Outros ativos	10	6.849	5.304	102.255	87.178
Total do circulante		747.210	1.050.176	2.197.044	2.486.250
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	1	8
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	10.363	8.473	10.363	8.473
Depósitos judiciais	21	984	924	223.005	209.743
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	126	65	126	65
Outros tributos a compensar	8	74.544	79.293	75.734	79.307
Ativo contratual	11	-	-	6.533.462	4.780.445
Derivativos	30	-	-	23.297	39.027
Créditos fiscais diferidos	9	-	-	19	234
Investimentos ao custo	-	-	-	2.889	-
Outros ativos	10	355	1.516	14.596	10.228
Investimentos	12	4.434.991	3.413.249	645.955	570.948
Imobilizado	13	5.783	3.943	180.757	239.735
Intangível	14	14.304	18.190	426.275	667.469
Total do não circulante		4.541.451	3.525.653	8.136.480	6.605.681
Total do ativo		5.288.661	4.575.829	10.333.525	9.091.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	15	384.650	181.532	531.515	326.322
Empréstimos e financiamentos	16	-	372.214	517.241	374.599
Debêntures	17	-	-	29.767	16.624
Entidade de previdência privada	18	-	-	85.221	82.977
Taxas regulamentares		-	-	1.338	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	10.057	59.723
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	10.071	15.039	31.016	44.357
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	28	-	501.070	-	501.070
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	146.740	124.971	149.716	138.161
Obrigações estimadas com pessoal		3.103	2.989	24.560	23.447
Derivativos	30	-	32.450	-	32.450
Outras contas a pagar	20	12.196	15.650	197.695	179.354
Total do circulante		556.759	1.245.915	1.578.125	1.779.082
Não circulante					
Fornecedores	15	-	131.127	-	131.127
Empréstimos e financiamentos	16	-	266	36.365	400.735
Debêntures	17	-	-	2.780.596	1.708.413
Entidade de previdência privada	18	-	-	303.209	664.599
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	730	692	730	692
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	-	4.181	7.400
Débitos fiscais diferidos	9	-	-	216.988	531.791
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	27	77	459.105	422.944
Derivativos	30	-	-	68.424	20.430
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	28	380.777	-	380.777	-
Outras contas a pagar	20	5.461	6.072	142.758	212.340
Total do não circulante		386.995	138.233	4.393.133	4.100.470
Patrimônio líquido	22				
Capital social		2.958.474	2.382.448	2.958.474	2.382.448
Reserva de capital		249.009	247.892	249.009	247.892
Reserva de lucros		853.625	391.958	853.625	391.958
Dividendo		-	227.561	-	227.561
Resultado abrangente acumulado		283.799	(58.180)	283.799	(58.180)
		4.344.907	3.191.680	4.344.907	3.191.680
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	17.360	20.698
Total do patrimônio líquido		4.344.907	3.191.680	4.362.266	3.212.378
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.288.661	4.575.829	10.333.525	9.091.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	23	3.030.992	2.291.494	5.221.859	4.092.331
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	24	(3.016.224)	(2.199.598)	(3.019.079)	(2.202.898)
Custo com operação		(18.081)	(18.652)	(265.955)	(241.305)
Depreciação e amortização		(120)	(166)	(14.505)	(16.826)
Outros custos com operação	25	(17.961)	(18.486)	(251.450)	(224.479)
Custo com serviço prestado a terceiros		-	-	(698.379)	(510.058)
Lucro operacional bruto		(3.313)	73.244	1.238.446	1.138.070
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(1.145)	(252)	(14.372)	1.653
Depreciação e amortização		(2)	(3)	(2)	(3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		791	(116)	(9.206)	1.789
Outras despesas com vendas	25	(1.934)	(133)	(5.164)	(133)
Despesas gerais e administrativas		(42.593)	(42.896)	(182.679)	(240.898)
Depreciação e amortização		(6.408)	(5.488)	(6.626)	(12.798)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(36.185)	(37.408)	(176.053)	(228.100)
Outras despesas operacionais		(1.657)	(1.103)	(14.160)	(29.237)
Amortização de intangível da concessão		-	-	(24.291)	(33.894)
Outras despesas operacionais		(1.657)	(1.103)	10.131	4.657
Resultado do serviço		(48.709)	28.993	1.027.234	869.587
Resultado de participações societárias	12	691.718	577.066	107.040	124.522
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		44.277	53.903	120.064	132.786
Despesas financeiras		(69.465)	(133.768)	(440.144)	(395.312)
		(25.188)	(79.866)	(320.079)	(262.525)
Lucro antes dos tributos	9	617.821	526.192	814.195	731.583
Contribuição social		8	-	(52.982)	(53.844)
Imposto de renda		22	-	(143.070)	(148.334)
		30	-	(196.052)	(202.178)
Lucro líquido do exercício		617.851	526.192	618.143	529.407
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores				617.851	526.191
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				293	3.216
Lucro por ação					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	617.851	526.192	618.143	529.408
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	325.761	(302.647)	325.761	(302.647)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(4.018)	2.900	(4.018)	2.900
Resultado abrangente do exercício	939.593	226.445	939.885	229.660
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			939.592	226.445
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			293	3.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 Dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva de retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.382.448	249.037	14.526	5.380	198.392	-	241.567	-	3.091.351	16.621	3.107.971
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	526.192	526.192	3.216	529.408
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	2.900	-	2.900	-	2.900
Equivalência Patrimonial Mais Valia	-	-	-	-	-	-	(302.647)	-	(302.647)	-	(302.647)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Constituição de reserva legal	-	-	26.310	-	-	-	-	(26.310)	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	82.792	-	-	(82.792)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	-	64.559	-	(64.559)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas											
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(124.971)	(124.971)	-	(124.971)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	227.561	(227.561)	-	-	-
Redução de capital de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(283)	(283)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(1.145)	-	-	-	-	-	-	(1,145)	1,145	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.382.448	247.892	40.835	5.380	281.184	64.559	(58.180)	-	3.191.680	20.698	3.212.378
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	341.979	617.851	959.830	293	960.123
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(4.018)	-	(4,018)	-	(4,018)
Equivalência Patrimonial Mais Valia	-	-	-	-	-	-	345.997	-	345,997	-	345,997
Mutações internas do patrimônio líquido											
Constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	30.893	-	193.841	236.934	-	(461,667)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	193,841	-	-	(193,841)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	30,893	-	-	-	-	(30,893)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	-	236,934	-	(236,934)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	576.025	1.117					(227.561)	(156.184)	193.397	(3.631)	189.766
Cisão - Transmissoras de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(13,076)	(13,076)	-	(13,076)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(146,740)	(146,740)	-	(146,740)
Dividendos prescrito	-	-	-	-	-	-	-	3,632	3,632	-	3,632
Aprovação da proposta de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(227,561)	-	(227,561)	-	(227,561)
Aumento de capital de social	576,025	-	-	-	-	-	-	-	576,025	(2,514)	573,511
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	1,117	-	-	-	-	-	-	1,117	(1,117)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.958.474	249.009	71.728	5.380	475.025	301.493	-	283.799	4.344.906	17.361	4.362.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos tributos	617.821	526.192	814.196	731.585
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	6.529	5.657	45.424	63.520
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	27.838	414	39.094	27.235
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(791)	116	9.206	(1.789)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	78.702	112.934	445.462	318.120
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	72.815	53.630
Equivalência patrimonial	(568.615)	(577.066)	(107.040)	(124.522)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	39	69	12.874	69
PIS e COFINS diferidos	-	-	(5.456)	-
Outros	-	-	(1.004.896)	(726.443)
	161.524	68.316	321.680	341.404
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(165.389)	(13.243)	(169.482)	(35.980)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	353.821	380.122	44.935	36.815
Tributos a compensar	7.285	(14.201)	9.730	34.870
Depósitos judiciais	-	516	(2.887)	(50.275)
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	-	(547.952)
Outros ativos operacionais	(1.609)	(3.035)	693.990	607.772
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	71.991	10.728	65.330	83.846
Outros tributos e contribuições sociais	(12.812)	(12.929)	(83.194)	(65.382)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(90.058)	(89.481)
Taxas regulamentares	-	-	1.294	-
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(27.887)	(360)	(39.013)	(11.276)
Outros passivos operacionais	(3.952)	957	(60.478)	69.773
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	382.972	416.871	691.847	374.134
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(9.021)	(39.468)	(257.126)	(294.034)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.094)	(581)	(74.357)	(87.785)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	366.857	376.822	360.364	(7.686)
Atividades de investimentos				
Redução de capital em subsidiárias	-	480.000	-	-
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	-	35.520	-
Aquisições de imobilizado	(2.396)	(1.199)	(35.954)	(152.664)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	261.715	(282.604)	(54.783)	(304.373)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	2.240	-	301.038	-
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(713.946)	-
Adições de Intangível	(902)	(3.638)	(4.768)	(4.833)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(10.000)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(3.129)	(56.504)	(3.129)	(56.504)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	57.471	27.714	57.471	5.765
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	314.999	153.769	(418.551)	(512.609)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	(2.190)	284
Captação de empréstimos e debêntures	-	129.408	895.000	1.294.550
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(401.349)	(472.638)	(662.782)	(496.436)
Liquidação de operações com derivativos	(14.631)	(30.306)	(63.565)	(49.077)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(352.532)	(57.624)	(389.850)	(57.671)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(159.615)	-	(159.615)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(928.127)	(431.160)	(383.002)	691.650
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(246.271)	99.431	(441.190)	171.356
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	341.129	241.699	737.554	566.198
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	94.858	341.129	296.364	737.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
1 - Receita	3.498.050	2.711.726	5.860.363	4.772.014
1.0 Receita de venda de energia e serviços	3.494.013	2.706.961	4.796.183	4.742.722
1.1 Receita relativa à construção de ativos próprios	3.246	4.882	6.228	4.882
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.038.626	22.622
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	791	(116)	(9.231)	1.789
1.4 Outras receitas	-	-	28.558	-
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.345.113)	(2.629.300)	(4.233.888)	(3.158.436)
2.0 Custo com energia elétrica	(3.320.832)	(2.423.800)	(3.329.677)	(2.429.680)
2.1 Material	(1.922)	(1.003)	(17.902)	(8.663)
2.2 Serviços de terceiros	(16.962)	(20.408)	(113.304)	(108.859)
2.3 Custo com Construção	-	-	(711.821)	(510.058)
2.4 Outros	(5.396)	(4.995)	(61.185)	(101.177)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	152.937	261.521	1.626.475	1.613.578
4 - Retenções	(6.529)	(5.657)	(11.667)	(63.520)
4.0 Depreciação e amortização	(6.529)	(5.657)	(11.667)	(29.626)
4.1 Amortização do intangível de concessão	-	-	-	(33.894)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	146.408	255.864	1.614.808	1.550.058
6 - Valor adicionado recebido em transferência	739.729	633.695	222.369	269.088
6.0 Receitas financeiras	48.011	56.629	125.249	144.566
6.1 Equivalência patrimonial	691.718	577.066	97.120	124.522
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	886.137	889.560	1.837.176	1.819.145
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	31.743	31.642	221.735	229.738
8.1.0 Remuneração direta	18.647	17.226	89.559	119.712
8.1.1 Benefícios	10.891	12.926	121.641	100.490
8.1.2 F.G.T.S	2.206	1.490	10.535	9.535
8.2 Impostos, taxas e contribuições	166.705	198.532	622.661	664.619
8.2.0 Federais	7.994	11.833	444.779	472.054
8.2.1 Estaduais	158.708	186.693	175.665	191.588
8.2.2 Municipais	3	7	2.217	977
8.3 Remuneração de capital de terceiros	69.838	133.193	441.039	395.382
8.3.0 Despesas Financeiras	69.366	133.742	440.002	395.282
8.3.1 Aluguéis	472	(549)	1.037	93
8.3.2 Outros	-	-	-	7
8.4 Remuneração de capital próprio	617.851	526.192	551.742	529.408
8.4.1 Dividendos mínimo obrigatório	146.740	124.971	146.740	124.971
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	-	227.561	305.892	227.561
8.4.3 Dividendo Prescrito	(3.632)	-	(3.632)	-
8.4.4 Constituição de reserva legal	30.893	26.310	31.775	26.310
8.4.5 Constituição de reserva de capital de giro	193.841	82.792	193.841	82.792
8.4.6 Constituição reserva de lucro a realizar	236.934	64.559	236.934	64.559
8.4.7 Juros de capital próprio	-	-	17.097	-
8.4.8 Incorporação e reestruturação societária	13.076	-	14.188	-
8.4.9 Lucros retidos	-	-	(391.092)	3.216
	886.137	889.560	1.837.176	1.819.145

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”).

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas:

Comercialização de Energia	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. (“CPFL Brasil Varejista”)	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
Transmissão de energia	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão”)	Sociedade por ações de capital aberto	Exploração de concessão de transmissão de energia.	Indireta 100%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”)	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade constituída com objetivo de participar no capital de outras companhias	Direta 99,95%

1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos



principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil – (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 18 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.



Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 - Outros ativos;
- Nota 11 - Ativo Contratual;
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 14 - Intangível;
- Nota 16 - Empréstimos e financiamentos;
- Nota 17 - Debêntures;
- Nota 18 - Entidade de previdência privada;
- Nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e
- Nota 30 - Instrumentos Financeiros – derivativos.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de: (i) comercialização de energia (“Comercialização”); (ii) transmissão de energia elétrica (“Transmissão”).

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1.



2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão

Transmissoras:

A transmissora da Companhia é responsável por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e melhorias e não somente a passagem do tempo.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens.



Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que:

- i. A Companhia atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens.
- ii. A atualização monetária a do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 13% a.a.
- iii. A companhia monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a e 16% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Companhia relacionados a compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do



não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados na atividade de transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.



3.6 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem .

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão) em serviço: em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.
- (iii) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de



contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/ CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas



circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.9 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela realizada do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado no passivo, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.



Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciam nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é atendida, isso ocorre a entrega da energia dos contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;



- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras;
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita aplicada sobre o montante a receber da receita de construção; e
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas e coligada registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A coligada registra, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos



efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.14 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("*goodwill*"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.15 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. Para as coligadas o registro é no momento da aquisição da participação.



As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Transmissão é consolidada integralmente com a de sua respectiva controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, o Grupo adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, o Grupo levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.



3.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos da adoção dessa norma, mas não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(c) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no



Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que Referenciam Energia Provenientes de Fontes Renováveis

A alteração visa esclarecer situações em que os Contratos de Energia Renovável podem ser aplicados/interpretados como instrumentos de Hedge. A norma exige a aplicação a contratos para compra ou venda de itens não financeiros que possam ser liquidados em dinheiro ou outros instrumentos financeiros, com exceção para contratos que foram firmados e continuam a serem mantidos com o propósito de realmente receber ou entregar o item não financeiro de acordo com as necessidades operacionais da entidade (referindo-se a contratos que têm a intenção de entrega física do item não financeiro). Esta alteração entra em vigor a partir de 01/01/2026.

Neste viés, contanto que seus contratos de venda visem a entrega de energia e mantenham os preços definidos em contrato, e/ou os de compra para manter o lastro e cumprir contratos de venda já firmados, a Companhia poderia continuar a contabilizar esses contratos como contratos de compra e venda normais.

Assim, com base nas análises preliminares realizadas pela Companhia, não se esperam impactos para a companhia decorrentes destas alterações.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, um passivo liquidado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de mensuração fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

– Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, intangível e ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

– Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.



(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos bancários	111	129	1.365	9.324
Aplicações financeiras	94.748	341.000	294.999	728.230
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	-	290
Títulos de Créditos Privados (b)	93.298	341.000	290.143	719.423
Fundos de investimento (c)	1.450	-	4.856	8.517
Total	94.858	341.129	296.364	737.554

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (15% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 101,23% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 84,59% para Operações Compromissadas (102,93% do CDI para CDB e 91,36% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2023).
- c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação direta (a)	162.073	294.910
Através de fundos de investimentos (b)	-	88.360
Total	162.073	383.270

- a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI.
- b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 101,75% do CDI .

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS



No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total		Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2024	31/12/2023		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2024	31/12/2023
Circulante										
Classes de consumidores										
Industrial	37.432	48	1.582	39.061	68.523	44.101	48	1.582	45.730	71.025
Comercial	32.522	-	-	32.522	27.976	38.252	-	-	38.252	28.564
Rural	285	-	-	285	1.719	501	-	-	501	1.842
Poder público	-	-	-	-	3.594	-	-	-	-	3.594
Serviço público	3.947	-	-	3.947	-	4.756	-	-	4.756	-
Faturado	74.186	48	1.582	75.815	101.812	87.610	48	1.582	89.239	105.025
Não faturado	-	-	-	-	-	3	-	-	3	3
Operações realizadas na CCEE	5.671	-	-	5.671	7.641	5.593	-	-	5.593	7.643
Concessionárias e permissionárias	295.535	25.498	269	321.303	145.019	432.913	25.498	269	458.678	290.330
Outros	(157)	-	-	(157)	-	(342)	-	-	(342)	-
	375.235	25.546	1.851	402.632	254.472	525.777	25.546	1.851	553.171	403.001
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(1.530)	(17.658)				(17.733)	(23.082)
Total				401.102	236.813				535.437	379.919
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE	1.889	8.474	-	10.363	8.473	-	8.474	-	10.363	8.473
	1.889	8.474	-	10.363	8.473	-	8.474	-	10.363	8.473
Total				10.363	8.473				10.363	8.473

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 30 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:



	Controladora		Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Total	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2022	(17.615)	(17.615)	(26.701)	(9.255)	(35.956)
Provisão revertida (constituída) líquida	(43)	(43)	3.619	220	3.839
Saldo em 31/12/2023	(17.658)	(17.658)	(23.082)	(9.035)	(32.117)
Reestruturação Societária	-	-	(103)	-	(103)
Provisão revertida (constituída) líquida	16.128	16.128	5.453	683	6.136
Recuperação de receita	(15.338)	(15.338)	(15.338)		(15.338)
Baixa de contas a receber provisionadas	15.338	15.338	15.338	-	15.338
Saldo em 31/12/2024	(1.530)	(1.530)	(17.733)	(8.352)	(26.085)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	1.913	155	5.758	1.272
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	5.181	426	14.208	3.534
Imposto de renda e contribuição social a compensar	36.773	30.278	54.178	55.151
Imposto de renda e contribuição social a compensar	43.866	30.859	74.144	59.957
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	2.435	-	4.999	4.875
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	16.705	25.799	29.042	36.180
ICMS a compensar	-	-	8	-
Programa de integração social - PIS	6.269	6.059	6.760	6.514
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	26.834	26.289	29.465	28.760
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	-	258	336
Outros	-	-	95	230
Outros tributos a compensar	52.243	58.147	70.627	76.895
Total circulante	96.109	89.006	144.770	136.853
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	33	17	33	17
Imposto de renda a compensar - IRPJ	93	48	93	48
Imposto de renda e contribuição social a compensar	126	65	126	65
ICMS a compensar	43	41	1.233	55
Programa de integração social - PIS	13.289	14.137	13.289	14.137
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	61.212	65.115	61.212	65.115
Outros tributos a compensar	74.544	79.293	75.734	79.307
Total não circulante	74.669	79.358	75.860	79.372

Imposto de renda retido na fonte – IRRF – refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

A CPFL Brasil ingressou com ações judiciais envolvendo a União Federal pleiteando o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, bem como o direito de reaver os valores anteriormente pagos.



Em 2019 e 2021, a maioria das controladas obteve decisão transitada em julgado favorável, registrando ativos de tributos a compensar e passivo com consumidores. Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”.

A partir de 2020 as Companhia começou a compensar os créditos fiscais habilitados junto à Receita Federal do Brasil.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	163	58
Benefício fiscal do intangível incorporado	141.225	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(191.336)	(140.765)
Subtotal	(49.948)	(140.707)
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	453	165
Benefício fiscal do intangível incorporado	392.292	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(516.619)	(391.015)
Subtotal	(123.874)	(390.850)
Crédito (Débito) de PIS e COFINS		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(43.147)	-
Total	(216.969)	(531.557)
Total crédito fiscal	19	234
Total débito fiscal	(216.988)	(531.791)

9.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	35.450	98.471	32.526	90.349
Entidade de previdência privada	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.176	3.268	398	1.106
Provisão relacionada a pessoal	833	2.313	718	1.996
Derivativos	(14.926)	(41.467)	(2.379)	(6.607)
CRC NTNB TRANCHE (Ajuste Financeiro)	-	-	(6.979)	(19.385)
Atualização Ativo Contratual	(221.296)	(599.838)	(172.726)	(479.795)
Combinação de negócios	-	-	1.157	3.207
Outros	7.428	20.634	6.520	18.111
Subtotal	(191.336)	(516.619)	(140.765)	(391.015)
Total	(191.336)	(516.619)	(140.765)	(391.015)



9.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2024 e 2023:

	Controladora			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	617.821	617.821	526.192	526.192
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(691.718)	(691.718)	(577.066)	(577.066)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	19.193	20.902	(1.542)	(572)
Base de cálculo	(54.704)	(52.995)	(52.416)	(51.446)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	4.923	13.249	4.717	12.862
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(4.915)	(13.227)	(4.717)	(12.862)
Total	8	22	-	-
Corrente	8	22	-	-

	Consolidado			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	814.196	814.196	731.585	731.585
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(107.040)	(107.040)	(124.522)	(124.522)
Efeito regime lucro presumido	(132.683)	(138.032)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(59.072)	(62.192)	(49.740)	(53.688)
Base de cálculo	515.401	506.932	557.323	553.375
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(46.386)	(126.733)	(50.159)	(138.344)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(6.596)	(16.338)	(3.684)	(9.990)
Total	(52.982)	(143.071)	(53.843)	(148.334)
Corrente	(20.154)	(53.436)	(36.449)	(100.015)
Diferido	(32.828)	(89.635)	(17.395)	(48.319)

(10) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - fundação CESP	643	458	-	-	670	460	-	-
Adiantamentos - fornecedores	2.890	3	-	-	7.582	2.915	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	-	556	-
Ordens em curso	-	-	-	-	71.788	12.596	-	-
Serviços prestados a terceiros	24	-	-	-	6.567	4.936	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	-	-	176	382	-	-
Despesas antecipadas	2.097	1.305	42	86	9.911	7.502	264	86
Contas a receber - intercompany	-	-	-	-	-	25.110	-	-
Adiantamentos a funcionários	293	347	-	-	(26)	(564)	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	34.442	-	-
Outros	902	3.191	312	1.430	13.940	8.433	13.776	10.142
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 07)	-	-	-	-	(8.352)	(9.035)	-	-
Total	6.849	5.304	355	1.516	102.255	87.178	14.596	10.228

Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais - refere-se aos saldos das ordens e projetos de reformas em andamento, relacionados aos equipamentos desinstalados das subestações e linhas de transmissão, os quais passam por uma análise de triagem que, em caso de um parecer técnico favorável pelo seu



reaproveitamento, são encaminhados ao processo de reforma e, posteriormente, movimentados para o estoque de investimento.

(11) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	4.724.730
Circulante	621.150
Não circulante	4.103.580
Receita de Construção (Adições)	842.563
Remuneração	326.498
Amortização	(611.637)
Outros	(12.480)
Atualização Monetária	167.139
Saldo em 31/12/2023	5.436.813
Adições	1.033.584
Remuneração	660.107
Amortização acumulada	(703.423)
Reestruturação societária	1.166.118
Outros	11.814
Transferência outros ativos	(297.186)
Saldo em 31/12/2024	7.307.830
Circulante	774.368
Não circulante	6.533.462

Ativo contratual das transmissoras: Refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.450.403	3.406.559	641.973	564.258
Investimentos ao custo	2.099	2.099	2.099	2.099
Mais valia de ativos, líquidos	982.428	4.529	1.822	4.529
Ágio de rentabilidade futura	61	61	61	61
Total	4.434.991	3.413.249	645.955	570.948

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:



Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital %	31/12/2024			31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Cone Sul (**)	-	-	-	-	-	-	2.875.907	-	455.637
Sul Geradora	1.444.068	99,953	1.445	184	9	193	184	13	15
CPFL Varejista (*)	13.565.217	100,000	13.565	14.864	17.644	26.661	14.864	17.644	690
RGE SUL	1.125.427	10,989	2.853.248	4.985.416	101.634	598.467	515.605	104.342	124.049
CPFL Transmissão	15.241.703	100,000	1.577.763	2.825.082	572.432	2.825.082	-	572.432	-
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada						3.450.403	3.406.559	694.431	580.392
Amortização de mais valia de ativos						-	-	(2.712)	(3.326)
Total						3.450.403	3.406.559	691.718	577.066

(*) Quantidade refere-se a quota.
 (**) Incorporada em 2024

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 2.712 (R\$ 3.326 em 2023) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2024 e 2023 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2023	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2024
Transmissão CEEE-T	-	1.117	488.854	338.014	(544.730)	2.541.827	2.825.082
CPFL Cone Sul	2.875.907	-	6.403	-	-	(2.882.310)	-
CPFL Brasil Varejista	14.864	-	17.644	-	(5.846)	-	26.662
Sul Geradora Participações	184	-	8	-	-	-	192
RGE SUL	515.605	-	104.340	3.967	(25.444)	-	598.468
	3.406.559	1.117	617.249	341.981	(576.020)	(340.483)	3.450.403

Investimento	Saldo em 31/12/2022	Aumento / Integralização de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2023
CPFL Cone Sul	3.545.355	-	(480.000)	455.637	(303.085)	(342.000)	2.875.907
CPFL Brasil Varejista	6.283	10.000	-	690	-	(2.110)	14.864
Sul Geradora Participações	168	-	-	15	-	-	184
RGE SUL	434.315	-	-	124.049	2.193	(44.953)	515.605
	3.986.122	10.000	(480.000)	580.391	(300.892)	(389.063)	3.406.559

12.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

(13) IMOBILIZADO

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.



Consolidado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2022	11.568	11.332	104.813	3.474	25.042	10.897	167.126
Custo histórico	12.377	11.994	129.966	7.198	22.691	10.897	195.123
Depreciação acumulada	(809)	(662)	(25.153)	(3.724)	2.351	-	(27.997)
Adições	-	-	-	-	-	151.465	151.465
Baixas	-	-	(670)	(30)	(9)	-	(709)
Transferências	(5.621)	15.265	89.870	52.279	18.304	(160.555)	9.542
Depreciação	(284)	(526)	(14.300)	(112)	(70)	-	(15.292)
Baixa da depreciação	455	(10.691)	(43.396)	(10.251)	(8.516)	-	(72.399)
Saldo em 31/12/2023	6.118	15.380	136.317	45.360	34.751	1.807	239.735
Custo histórico	6.756	27.259	219.166	59.447	40.986	1.807	355.422
Depreciação acumulada	(638)	(11.879)	(82.849)	(14.087)	(6.235)	-	(115.687)
Adições	-	-	-	-	-	84.958	84.958
Baixas	-	-	(61)	(223)	(30)	(110.424)	(110.737)
Transferências	-	(5.274)	(60.097)	(2.294)	(34.659)	102.325	(0)
Depreciação	(195)	(551)	(11.240)	(2.214)	443	-	(13.755)
Baixa da depreciação	-	-	50	146	30	-	226
Reestruturação societária	(1.825)	(2.736)	(14.854)	(206)	(48)	-	(19.670)
Saldo em 31/12/2024	4.098	6.819	50.116	40.569	487	78.667	180.757
Custo histórico	4.931	19.249	142.020	56.612	6.797	78.667	308.276
Depreciação acumulada	(833)	(12.430)	(91.905)	(16.043)	(6.310)	-	(127.520)
Taxa média de depreciação 2024		2,79%	4,86%	9,12%	1,90%		
Taxa média de depreciação 2023		2,79%	4,00%	14,29%	6,13%		

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023, não houve necessidade de provisão ao valor recuperável.



(14) INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	677.880	30.965	708.844
Custo histórico	720.246	82.155	802.401
Amortização acumulada	(42.366)	(51.191)	(93.557)
Adições	-	5.059	5.059
Amortização	(33.895)	(11.795)	(45.690)
Adquirido em combinação de negócios	-	(744)	(744)
Saldo em 31/12/2023	643.985	23.484	667.469
Custo histórico	720.246	87.214	807.460
Amortização acumulada	(76.261)	(62.986)	(139.247)
Adições	-	4.352	4.352
Amortização	(24.291)	(4.966)	(29.256)
Baixa e transferência - outros ativos	(217.034)	-	(217.034)
Saldo em 31/12/2024	402.660	23.615	426.275
Custo histórico	695.955	86.601	782.556
Amortização acumulada	(100.552)	(67.952)	(168.503)

14.1 Intangível adquirido em combinação de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	2024	2023
Intangível adquirido em combinação de negócios						
Intangível adquirido não incorporado						
CPFL Transmissão	503.191	(100.552)	402.639	643.985	4,83	4,71%
Total	503.191	(100.552)	402.639	643.985		

14.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2024 e 2023, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão ao valor recuperável.



(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>				
Encargos de serviço do sistema	-	-	434	90
Suprimento de energia elétrica	382.076	176.508	381.649	175.013
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	714	244
Materiais e serviços	2.574	5.024	148.717	150.976
Total	384.650	181.532	531.515	326.322
<u>Não circulante</u>				
Suprimento de energia elétrica	-	131.127	-	131.127
Total	-	131.127	-	131.127

Em junho de 2015, a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa-ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009, tendo obtido, em 23 de junho de 2015, decisão liminar operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015 restabelecendo o montante original das garantias físicas de diversas PCHs e CGHs do Grupo CPFL. A Administração vinha registrando substancialmente o passivo correspondente a esta redução de garantia física na rubrica de “Fornecedores”.

Adicionalmente, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física até que seja proposta uma nova metodologia que atenda as usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente.

Em março de 2024, com a publicação da REN nº 1.085/2024, foi instituído o Sistema de Medição de Indisponibilidade (SMI). Esse sistema medirá a vazão vertida, permitindo diferenciar quando a usina não gera por falta de água (risco hidrológico) ou por falha de equipamento, principal discordância dos agentes e motivação central do processo judicial da ABRAGEL representando suas associadas.

Essa regulamentação e a instalação do SMI atenderá às demandas do setor, corrigindo a lacuna regulatória e possibilitará a proposição de metodologia de revisões de garantia físicas mais justas para PCHs e CGHs.

Considerando que os dados do SMI serão utilizados, no melhor cenário, a partir de março/2025 e continua vigente a Portaria MME nº 376/2015, que suspendeu a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física até que seja proposta uma nova metodologia que atenda as usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente, o Grupo entende que favorece a discussão técnica o que justifica a baixa executada em 2024 dos saldos provisionados referentes à essa discussão no montante de R\$ 89.736.



(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2023	Reestruturação Societária	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado	125.410	-	(125.000)	4.329	-	(4.739)	-
IPCA	-	39.691	(1.167)	2.175	-	(2.244)	38.455
Gastos com captação	-	(435)	-	19	-	-	(416)
Total a custo	125.410	39.256	(126.167)	6.523	-	(6.983)	38.039
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	661.622	-	(276.615)	24.419	139.065	(25.160)	523.332
Marcação a mercado	(11.698)	-	-	3.932	-	-	(7.766)
Total a valor justo	649.924	-	(276.615)	28.351	139.065	(25.160)	515.566
Total	775.334	39.256	(402.782)	34.875	139.065	(32.143)	553.605
Circulante	374.599						517.241
Não Circulante	400.735						36.365

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
TJLP	23.731	-	(23.798)	1.392	-	(1.325)	-
Subtotal	23.731	-	(23.798)	1.392	-	(1.325)	-
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	125.410	-	-	9.351	-	(9.351)	125.410
Marcação a mercado	(7.546)	-	-	7.546	-	-	-
Subtotal	117.864	-	-	16.897	-	(9.351)	125.410
Total moeda nacional	141.595	-	(23.798)	18.288	-	(10.676)	125.410
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	403.279	545.603	(252.637)	21.006	(36.235)	(19.393)	661.622
Marcação a mercado	(14.165)	-	-	2.467	-	-	(11.698)
Subtotal	389.114	545.603	(252.637)	23.473	(36.235)	(19.393)	649.924
Total moeda estrangeira	389.114	545.603	(252.637)	23.473	(36.235)	(19.393)	649.924
Total	530.710	545.603	(276.435)	41.761	(36.235)	(30.069)	775.334
Circulante	137.501						374.599
Não Circulante	393.208						400.735



Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2024	31/12/2023		
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
BNB	IPCA + 1,06%	38.455	-	2022 a 2039	(i) Conta reserva; (ii) Fiança Bancária;
		38.455	-		
Gastos com captação		(416)	-		
Mensuradas ao valor justo - moeda nacional					
Pré Fixado					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 7,378%	-	125.410	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		-	125.410		
Total moeda nacional		38.039	125.410		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Sofr + de 0,87% a 0,99%	-	252.303	2022 a 2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 0,78% a 5,91%	-	409.318	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Dólar	US\$ + 4,4906%	523.332	-	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		523.332	661.621		
Marcação a mercado		(7.766)	(11.698)		
Total moeda estrangeira		515.566	649.924		
Total		553.605	775.334		

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

	Consolidado
2025	1.727
2026	2.005
2027	2.272
2028	2.349
2029	2.370
2030 a 2034	14.013
2035 a 2039	11.630
Subtotal	36.366
Total	36.366

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas semestralmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;



- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Reestruturação Societária	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo							
Pós fixado							
CDI	1.273.026	-	260.000	(260.000)	150.054	(150.769)	1.272.311
Gastos com captação	(2.567)	-	-	-	371	-	(2.196)
Total a custo	1.270.459	-	260.000	(260.000)	150.425	(150.769)	1.270.115
Mensuradas ao valor justo							
Pós fixado							
IPCA	456.106	536.018	635.000	-	126.789	(74.215)	1.679.698
Marcação a mercado	(1.528)	2.321	-	-	(140.244)	-	(139.451)
Total a valor justo	454.578	538.339	635.000	-	(13.455)	(74.215)	1.540.247
Total	1.725.037	538.339	895.000	(260.000)	136.970	(224.983)	2.810.363
Circulante	16.624						29.767
	1.708.413						2.780.596

	Consolidado						Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos		
Mensurado ao custo - pós fixado							
CDI	1.272.928	300.000	(220.000)	163.690	(243.592)		1.273.026
Gastos com emissão (*)	(2.092)	(1.053)	-	577	-		(2.567)
Total ao custo	1.270.836	298.947	(220.000)	177.869	(243.592)		1.270.459
Mensuradas ao valor justo - pós fixado							
IPCA	-	450.000	-	6.106	-		456.106
Marcação a mercado	-	-	-	(1.528)	-		(1.528)
Total ao custo	-	450.000	-	4.578	-		454.578
Total	1.270.836	748.947	(220.000)	182.447	(243.592)		1.725.037
Circulante	202.927						16.624
Não Circulante	1.067.908						1.708.413

(*) Conforme IFRS 9/ CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.



Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2024	31/12/2023		
Mensuradas ao Custo - Pós Fixado					
CDI	CDI + 1,34%, CDI + 1,47% + CDI + 1,20%	1.272.235	1.272.950	2027 a 2029	Fiança da CPFL Energia
	Gastos com captação	<u>(2.120)</u>	<u>(2.491)</u>		
		1.270.115	1.270.459		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado					
IPCA	IPCA + 6,1774%	1.679.698	456.106	2031 a 2032	Fiança da CPFL Energia
	Marcação a mercado	<u>(139.451)</u>	<u>(1.528)</u>		
	Total	2.810.363	1.725.037		

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2026	299.576
2028	349.576
2029	789.440
2030 a 2034	1.351.984
2035 a 2039	129.471
Subtotal	2.920.047
Marcação a mercado	<u>(139.451)</u>
Total	2.780.596

Adições no exercício

Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$		Pagamento de juros	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Cláusula restritiva - covenant financeiro
			Liberado em 2024						
Moeda nacional - IPCA									
11ª Emissão - EEELA1 - 1ª Série	21/05/2024	508.000	508.000		Semestral	(b)	IPCA + 6,0994%	IPCA + 6,0994%	(a)
11ª Emissão - EEELB1 - 2ª Série	21/05/2024	127.000	127.000		Semestral	(b)	IPCA + 6,1572%	IPCA + 6,1572%	(a)
CDI									
13ª Emissão - EEELA3	10/10/2024	260.000	260.000		Trimestral	(b)	CDI + 0,49%	CDI + 0,59%	(a)
			<u>895.000</u>						

(a) CPFL Energia: (i) Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,75 vezes; (ii) EBITDA/Resultado Financeiro \geq 2,25 vezes.
 (b) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da controlada

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente.

Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024:



Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

18.1 Características:

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

(i) “**Plano CEEEPREV**”: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.

Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ato contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS inadmitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas



do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso Especial: I) a suspensão da debatida cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; II) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte excedente.

Em atendimento as decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Banrisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R\$ 147.037, dos quais R\$ 72.430 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instância deferiu a referida medida, limitada a R\$ 145.050, excluídos os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que suspende os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Banrisul o desbloqueio dos valores constritos.

O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março de 2022 a dezembro de 2024 o valor de R\$ 137.531 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado na provisão de perdas do plano.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021 e demais decisões judiciais, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) “Plano Único”: O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

(iii) “Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP”: Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.



18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2024			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.216.684	3.115	2.080.162	3.299.961
Valor justo dos ativos do plano	(813.209)	-	(1.256.040)	(2.069.249)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	403.475	3.115	824.122	1.230.712
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(297.929)	-	(544.353)	(842.282)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	105.546	3.115	279.769	388.430

	31/12/2024			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.391.131	3.405	2.421.746	3.816.282
Valor justo dos ativos do plano	(903.617)	-	(1.359.252)	(2.262.868)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	487.514	3.405	1.062.495	1.553.414
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(282.004)	-	(523.833)	(805.837)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	205.510	3.405	538.662	747.577

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	1.084.136	3.335	1.757.866	2.845.337
Custo do serviço corrente bruto	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigação atuarial	67.042	328	111.805	179.175
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	866	866
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefícios pagos no ano	(147.778)	-	(208.510)	(356.288)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	1.109.127	3.405	1.897.913	3.010.445
Custo do serviço corrente bruto	-	-	(5)	(5)
Juros sobre obrigação atuarial	65.262	313	114.103	179.678
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	628	628
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	(31.307)	(31.307)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(89.050)	(294)	(209.219)	(298.563)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(15.925)	-	(20.520)	(36.445)
Benefícios pagos no ano	(150.659)	-	(215.784)	(366.443)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(309)	-	(309)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024	918.754	3.115	1.535.809	2.457.678

	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	(889.288)	-	(1.465.112)	(2.354.400)
Rendimento esperado no exercício	(43.061)	-	(72.386)	(114.741)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	(866)	(866)
Contribuições de patrocinadoras	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	-	39.761	(46.723)
Benefícios pagos no exercício	147.778	-	208.510	356.288
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	(903.617)	-	(1.359.252)	(2.262.869)
Rendimento esperado no exercício	(42.023)	-	(64.835)	(106.858)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	(628)	(628)
Contribuições de patrocinadoras	(34.767)	-	(54.980)	(89.747)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	16.539	-	7.871	24.410
Benefícios pagos no exercício	150.659	-	215.784	366.443
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024	(813.209)	-	(1.256.040)	(2.069.249)



18.3 Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Transmissão			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	194.848	3.335	292.754	490.937
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.948	328	29.344	53.620
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.273
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	-	39.761	(46.723)
Efeito risk sharing	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	205.510	3.405	538.662	747.577
Total passivo				747.577
Circulante				82.979
Não circulante				664.599

	CPFL Transmissão			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	205.510	3.405	538.662	747.577
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.239	313	49.264	72.816
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(34.767)	-	(54.980)	(89.747)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	(31.307)	(31.307)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(89.050)	(294)	(209.219)	(298.563)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	16.539	-	7.871	24.410
Efeito risk sharing	(15.925)	-	(20.520)	(36.445)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(309)	-	(309)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	105.546	3.115	279.770	388.431
Total passivo				388.431
Circulante				85.222
Não Circulante				303.209

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2025 estão apresentadas a seguir:

	2025
CPFL Transmissão - Plano Único	37.007
CPFL Transmissão - CTP	392
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	67.045
Total	104.444

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2034	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	142.415	143.952	145.239	146.206	874.317	1.452.129
CPFL Transmissão - CTP	392	380	365	347	1.507	2.991
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	211.370	216.871	222.495	227.376	1.454.326	2.332.438
Total	354.177	361.203	368.099	373.929	2.330.150	3.787.558

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média da obrigação do benefício definido foi 8,7 anos no plano único e 10,1 anos no plano CEEEPREV BD.



18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2025 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2024 e 2023 são como segue:

	2025 estimadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	-	-	(184)	(184)
Juros sobre obrigações atuariais	100.180	345	169.041	269.566
Rendimento esperado dos ativos do plano	(89.892)	-	(139.972)	(229.864)
Total da despesa (receita)	10.288	345	28.885	39.518

	2024 realizadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	-	-	(5)	(5)
Juros sobre obrigações atuariais	65.262	313	114.103	179.678
Rendimento esperado dos ativos do plano	(42.023)	-	(64.835)	(106.858)
Total da despesa (receita)	23.239	313	49.264	72.816

	2023 realizadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	338	111.805	179.185
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
Total da despesa (receita)	23.948	338	29.344	53.630

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano Único e CEEEPREV BD	
	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMSB v.2021 desagravada em 10% (segregada por sexo) (****)	BREMS sb v.2015 (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano o Plano Único é AT-2000 MF por sexo.

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, administrados Fundação Família Previdência (fundações). Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2024.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:



	Ativos administrados pela Família Previdência			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2024	2023	2024	2023
Renda fixa	82%	72%	80%	72%
Títulos públicos federais	49%	59%	53%	62%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%	1%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	1%	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	32%	11%	25%	9%
Outros investimentos de renda fixa	0%	0%	0%	0%
Renda variável	5%	15%	6%	14%
Fundos de investimento em ações	5%	15%	6%	14%
Investimentos estruturados	10%	8%	12%	10%
Fundos de participação	0%	0%	0%	0%
Fundos imobiliários	0%	0%	0%	0%
Fundos de investimento multimercado	10%	8%	11%	10%
Cotados em mercado ativo	97%	94%	97%	97%
Imóveis	1%	1%	1%	1%
Operações com participantes	3%	3%	3%	3%
Outros ativos	-1%	2%	-1%	-1%
Depósitos judiciais e outros	-1%	2%	-1%	-1%
Não cotados em mercado ativo	3%	6%	3%	3%
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos.

	FAMÍLIA PREVIDÊNCIA	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	96,6%	92,4%
Renda variável	0,0%	0,0%
Imóveis	0,9%	0,8%
Empréstimos e financiamentos	2,5%	2,9%
Investimentos estruturados	0,0%	2,5%
Investimentos no exterior	0,0%	1,4%
	100,00%	100,00%

A meta de alocação para 2025 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos feitas pelas fundações, efetuada ao final de 2024 em suas Políticas de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2025, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.



O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	Plano Único	CEEEPREV BD	Total
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	20.095 (19.482)	39.396 (38.055)	59.491 (57.537)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(32.141) 31.666	(40.972) 39.758	(73.113) 71.424

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,82%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,57% a.a. e 12,07

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos , BREMS sb v.2015 (CEEEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

*** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2024: a) aquisição de títulos públicos na curva; e b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável.



A Fundação Família Previdência utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.593	47.413
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.465	12.310
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.057	59.723
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	14.442	18.270
Programa de integração social - PIS	1.627	2.490
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7.529	11.586
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	4.875
Outros	7.417	7.136
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	31.016	44.357
Total Circulante	41.073	104.080
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	2.865
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	730	692
Programa de integração social - PIS	-	70
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	68
Outros	4.181	4.397
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	4.911	8.092
Total Não circulante	4.911	8.092

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.



(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Consumidores e concessionárias	1.768	702	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	35.132	39.965	7.350	5.145
FNDCT / MME (*)	939	1.484	-	-
Adiantamentos	4.065	5.747	115	220
Descontos tarifários - CDE	7.362	-	-	-
Folha de pagamento	7.498	7.454	-	-
Participação nos lucros	5.672	6.594	4.442	4.584
Outros	135.259	117.407	130.850	202.391
Total	197.695	179.354	142.758	212.340

(*) FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e MME - Ministério de Minas e Energia.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	350.456	180.997	319.973	167.937
Cíveis	46.784	-	48.155	-
Fiscais	35.244	2.139	28.182	38.716
Outros	26.621	39.869	26.634	3.090
Total	459.105	223.005	422.944	209.743

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	319.973	87.952	(73.022)	(13.213)	28.767	350.456
Cíveis	48.155	43.599	(3.204)	(29.051)	(12.715)	46.784
Fiscais	28.182	7.601	(3.083)	(8.241)	10.785	35.244
Outros	26.635	-	-	-	(14)	26.620
Total	422.944	139.152	(79.309)	(50.505)	26.823	459.105
Depósitos Judiciais	209.743	77.479	(39.734)	(29)	10.319	223.005

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.



O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis - Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins.
- d. **Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	288	268
Cíveis	10.318	8.764
Fiscais	157	152
Fiscais - outros	17.484	23.823
Regulatório	-	261
Total	28.247	33.267

Trabalhistas:

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, complementação de proventos de aposentadoria, verbas rescisórias e outras reivindicações).

Cíveis:

As controladas está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, desapropriação e revisão de contratos.

Fiscais:



As ações referem-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais, princiante, a processos em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 97.018.623 ações ordinárias, sem valor nominal.

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2024, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,07 vezes o EBITDA em 2024 (1,87 vezes em 2023), maior do que no ano anterior, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.958.474 (R\$ 2.382.448 em 31 de dezembro de 2023), representado por 97.018.623 (78.128.759 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, devido a reestruturação societária. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

22.3 Reserva de capital

O saldo de R\$ 249.009 compreende a (ii) aquisição de participação na CPFL Transmissão (R\$ 249.037) e (ii) alteração na participação sem alteração no controle (- R\$ 29).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

22.4 Reserva de lucros

O saldo de R\$ 853.625 compreende o saldo das reservas: i) reserva de reforço de capital de giro R\$ 475.024; ii) reserva de lucros a realizar de R\$ 301.492; iii) reserva legal de R\$ 71.727 e iiiii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 5.380.

22.5 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:



(i) Efeitos da mais valia atribuído a perdas atuariais, no montante devedor de R\$ 654.212;

(ii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48, no montante credor de R\$ 370.413.

22.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	617.851
Dividendos Prescritos	3.632
Dividendos mínimo obrigatório	(146.740)
Reserva legal	(30.893)
Reserva de capital de giro	(193.841)
Reserva de lucro a realizar	(236.934)
Cisão - Transmissoras	(13.076)

22.7 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e em circulação durante os exercícios apresentados.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	617.851	526.192
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	97.018.623	78.128.759
Lucro por ação - básico	6,37	6,73



(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Industrial	601.341	824.172	662.412	853.403
Comercial	363.236	395.268	405.600	400.737
Rural	4.577	6.896	6.400	8.385
Poderes públicos	238	-	238	-
Serviço público	53.724	47.080	61.635	47.080
Fornecimento faturado	1.023.115	1.273.415	1.136.284	1.309.605
Fornecimento de energia elétrica	1.023.115	1.273.415	1.136.284	1.309.605
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	5.501	-	5.501
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	2.284.168	1.390.860	2.227.775	1.368.723
Energia elétrica de curto prazo	183.633	32.038	184.532	32.316
Suprimento de energia elétrica	2.467.801	1.428.399	2.412.307	1.406.540
(=) Venda de energia	3.490.916	2.701.814	3.548.591	2.716.145
Receita de construção da infraestrutura e transmissão de energia	-	-	1.031.306	842.890
Outras receitas e rendas	3.097	5.147	1.355.573	1.206.307
Outras receitas operacionais	3.097	5.147	2.386.879	2.049.198
Total da receita operacional bruta	3.494.013	2.706.961	5.935.470	4.765.343
Deduções da receita operacional				
ICMS	(158.658)	(186.635)	(174.970)	(191.530)
PIS	(54.292)	(40.819)	(75.396)	(62.786)
COFINS	(250.072)	(188.014)	(347.323)	(288.944)
ISS	-	-	(727)	(970)
Reserva global de reversão - RGR	-	-	(850)	(216)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(77.328)	(92.039)
Programa de P & D e eficiência energética	-	-	(11.577)	(10.846)
PROINFA	-	-	(20.875)	(21.598)
Outros	-	-	(4.566)	(4.083)
	(463.021)	(415.467)	(713.611)	(673.012)
Receita operacional líquida	3.030.992	2.291.494	5.221.859	4.092.331

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	319	182	23.287	13.563	336	189	26.265	14.167
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	22.660	13.762	3.297.544	2.410.239	23.136	11.240	3.292.950	2.410.239
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(304.607)	(224.201)	-	-	(304.510)	(224.436)
Subtotal	22.979	13.944	3.016.224	2.199.600	23.472	11.429	3.014.705	2.199.971
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de serviço do sistema - ESS			1	(2)			1.360	283
Encargos de energia de reserva - EER			2	-			3.460	2.943
Crédito de PIS e COFINS			-	-			(446)	(299)
Subtotal			3	(2)			4.375	2.927
Total			3.016.224	2.199.598			3.019.079	2.202.898



(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Custo de operação		Vendas		Despesas operacionais		Outros		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	16.085	16.391	1.325	-	18.060	18.533	-	-	35.470	34.924
Material	204	1.05	105	-	172	219	-	-	481	324
Serviços de terceiros	1.614	1.917	215	133	14.063	15.333	-	-	15.892	17.383
Outros	58	72	289	-	3.890	3.323	1.657	1.103	5.893	4.498
Arrendamentos e aluguéis	-	6	281	-	164	(567)	-	-	444	(561)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	3.259	2.862	-	-	3.259	2.862
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	169	683	-	-	169	683
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	39	69	39	69
Outros	58	66	8	-	298	345	1.618	1.034	1.982	1.445
Total	17.961	18.486	1.934	133	36.185	37.408	1.657	1.103	57.736	57.130

	Consolidado									
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	141.228	138.100	-	-	1.672	-	32.477	41.556	-	175.376
Entidade de previdência privada	72.815	53.630	-	-	-	-	-	-	-	126.815
Material	8.432	4.806	-	-	105	-	2.412	3.178	-	10.949
Serviços de terceiros	30.301	27.451	-	-	2.874	133	86.479	78.226	-	119.654
Custos com construção da infraestrutura	-	-	698.379	510.058	-	-	-	-	-	698.379
Outros	(1.326)	492	-	-	513	-	54.685	105.140	(10.131)	(4.657)
Arrendamentos e aluguéis	-	138	-	-	338	-	1.701	3.961	-	1.008
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	141	-	3.261	2.901	-	3.402
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	53.060	94.325	-	53.060
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	12.874	495
Outros	(293)	354	-	-	34	-	(3.337)	3.953	(23.005)	(5.152)
Total	251.450	224.479	698.379	510.058	5.164	133	176.053	228.100	(10.131)	(4.657)

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	32.745	42.483	98.164	97.446
Acréscimos e multas moratórias	667	636	3.022	1.483
Atualização de créditos fiscais	10.039	8.013	10.149	8.946
Atualização de depósitos judiciais	60	88	11.573	11.296
Atualizações monetárias e cambiais	-	1	107	11.471
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.383	647	2.383	647
Juros sobre contratos de mútuo	848	4.012	848	3.663
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.233)	(2.727)	(4.768)	(2.939)
PIS e COFINS sobre JCP	(1.501)	-	(3.083)	-
Liquidação financeira CCEE	574	749	574	749
Outros	696	1	1.096	25
Total	44.277	53.903	120.064	132.786
Despesas				
Encargos de dívidas	(8.584)	(28.105)	(255.151)	(43.233)
Atualizações monetárias e cambiais	(13.122)	(41.390)	(129.294)	(317.117)
Outros	(47.759)	(64.274)	(55.697)	(34.960)
Total	(69.465)	(133.768)	(440.144)	(395.312)
Resultado financeiro	(25.188)	(79.866)	(320.079)	(262.525)

A linha de outros na despesa corresponde principalmente a juros sobre mútuo.

(27) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de comercialização e transmissão de energia elétrica.



Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

2024	Transmissão	Comercialização	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	2.153.384	3.123.822	(55.346)	5.221.859
Custo com energia elétrica	-	(3.074.426)	55.346	(3.019.079)
Custos da operação	(245.112)	(20.843)	-	(265.955)
Despesas operacionais	(144.530)	(52.175)	-	(196.705)
Custo com serviço prestado a terceiros	(698.379)	-	-	(698.379)
Depreciação e amortização	(14.385)	(120)	-	(14.505)
Resultado do serviço	1.050.977	(23.743)	-	1.027.234
Resultado de participações societárias	5.406	703.254	(601.620)	107.040
Receita financeira	75.456	44.608	-	120.064
Despesa financeira	(370.665)	(69.477)	-	(440.142)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	761.174	654.642	(601.620)	814.196
Imposto de renda e contribuição social	(183.316)	(12.736)	-	(196.052)
Lucro (prejuízo) líquido	577.858	641.906	(601.620)	618.144

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) Compra e venda de energia e encargos - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.

b) Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços - Referem-se à principalmente serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.



A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024, conforme requerido no CPC 05 (R1), foi de R\$ 3.851 (R\$ 4.234 em 2023). Este valor é composto por R\$ 3.127 (R\$ 3.289 em de 2023) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 86 (R\$ 84 em 2023) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 637 (R\$ 861 em 2023), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Compra e venda de energia e encargos								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	224	-	-
Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	347	-	19.824	-	2.068
Suprimento de Energia - Mercado Livre								
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	332	-	1.558	-	500	-	2.013	-

Algumas controladas da Companhia possuem planos de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 Entidade de Previdência Privada.

Transações envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesas entre empresas								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	735	1.474	58	2.816	-	7.437	4.010	11.037
Arrendamento e aluguel								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	588	-	-	390	318
Contratos de Mútuo								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	53.416	-	501.070	848	3.651	-	39
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	129.642	27.625	146.740	27.625	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	3.525	396	5.882	-	11.816	4.132	123.602
Compra e venda de energia e encargos								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	9.774	4.666	45.057	3.508	94.631	384.948	681.598	531.875
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	11.465	-	-	-	-	-	8.882

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:



<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo contratual	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	2.869.000	923.000
Transporte	Transporte nacional	35.894	35.894
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	175.736	30.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	165.784	153.017
Garantia	Seguro Garantia	112.609	57.757
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	1.200.000	450.000
Total		4.559.023	1.649.669

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre a Companhia e suas controladas. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, de acordo com critérios definidos pela Administração.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível(*)	Controladora 31/12/2024		Consolidado 31/12/2024	
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	94.858	94.858	296.364	296.364
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	18.650	18.650	162.073	162.073
Derivativos	30	(a)	Nível 2	-	-	115.870	115.870
				113.508	113.508	574.307	574.307
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	-	-	38.038	38.038
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	-	-	515.567	515.567
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	-	-	2.810.362	1.281.085
Derivativos	30	(a)	Nível 2	-	-	68.424	68.424
				-	-	3.432.391	1.903.114

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidoras, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; e



- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) consumidores e concessionárias a pagar.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:



Consolidado									
Valores de mercado (contábil)									
Estratégia	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	90.936	-	90.936	101.228	(10.293)	USD + 4,4906%	CDI +1,25%	dez/25	416.195
	<u>90.936</u>	<u>-</u>	<u>90.936</u>	<u>101.228</u>	<u>(10.293)</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	23.429	(68.424)	(44.995)	41.004	(85.999)	IPCA + 6,0265% a 6,1774%	CDI + 0,170 a 0,660%	abr/24 a abr/39	1.534.181
Outros derivativos									
						indexador / moeda	faixa de vencimento	Nacional em USD	Nacional em R\$
NDF	1.505	-	1.505	1.579	(74)	USD	mar/25	2.376	13.206
Total	115.870	(68.424)	47.445	143.811	(96.366)				
Circulante	92.573								
Não circulante	23.297	(68.424)							

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Reestruturação societária	Saldo em 31/12/2024
Derivativos					
Para dívidas designadas a valor justo	12.135	167.502	(61.992)	26.166	143.810
Para dívidas não designadas a valor justo	-	1.572	(1.572)	-	-
Marcação a mercado	27.181	(143.600)	-	20.054	(96.365)
Total	39.315	25.474	(63.565)	46.220	47.445
Ativo - circulante	104				92.573
Ativo - não circulante	39.027				23.297
Passivo - não circulante	(20.430)				(68.424)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2024 e 2023, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2024	2023
Varição de taxas de juros	(1.522)	(5.975)
Varição cambial	21.078	(61.437)
Marcação a mercado	5.918	15.947
	25.474	(51.465)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do



gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

d.1. Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Consolidado				
	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(515.566)		(47.849)	93.005	233.858
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	519.809		48.243	(93.770)	(235.783)
	4.243	baixa dolar	394	(765)	(1.925)
Total	4.243		394	(765)	(1.925)
Efeitos no resultado do período			394	(765)	(1.925)

d.2. Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Consolidado						
	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	406.301				62.611	78.264	93.916
Instrumentos financeiros passivos	(1.653.012)				(254.729)	(318.411)	(382.094)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.106.427)				(324.600)	(405.751)	(486.901)
	(3.353.138)	alta CDI	12,15%	15,41%	(516.718)	(645.898)	(775.079)
Instrumentos financeiros passivos	(1.578.703)				(133.085)	(99.813)	(66.542)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.634.063				137.752	103.314	68.876
	55.360	baixa IPCA	4,83%	8,43%	4.667	3.501	2.334
Total	(3.297.778)				(512.051)	(642.397)	(772.745)
Efeitos no resultado do período					(512.051)	(642.397)	(772.745)



e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contratos - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota Explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	521.249	2.045	8.221	-	-	-	531.515
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	359	47.576	629.957	8.565	36.567	9.422	732.446
Derivativos	30	-	-	-	68.424	-	-	68.424
Debêntures - principal e encargos	17	5.558	-	317.095	842.353	1.534.292	2.171.502	4.870.800
Taxas regulamentares		156	1.182	-	-	-	-	1.338
Outros		3.252	-	8	-	-	-	3.261
Consumidores e concessionárias		2.313	-	8	-	-	-	2.321
MME/ FNDCT		939	-	-	-	-	-	939
Total		538.843	50.803	955.307	919.343	1.571.249	2.180.924	6.216.470



(31) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 8 anos	1.778.240	3.214.822	2.688.212	5.692.086	13.373.360
Projetos de construção de usina	Até 1 ano	475.863	386.219	31.843	-	893.926
Fornecedores de materiais e serviços		110.530	104.365	25.508	-	240.403
Total		2.364.633	3.705.406	2.745.564	5.692.086	14.507.689

(32) GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, comercialização e transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das Transações envolvendo envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração:

- deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limitantes de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados.
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;



- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Companhia:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO da controladora CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas da Companhia estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da controladora CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 26.



Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelo segmento de comercialização através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas ao preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros



contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.



DIRETORIA

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

XUGEN FAN
Diretor Executivo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4

CPFL
Comercialização
Brasil S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



CPFL Comercialização Brasil S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Comercialização Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a



CPFL Comercialização Brasil S.A.

formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas



CPFL Comercialização Brasil S.A.

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



CPFL Comercialização Brasil S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5